

LAURA SOUZA RÊDES

**A CASA E O PARQUE: A RELAÇÃO ENTRE OS
MORADORES DA 'COMUNIDADE' DO HORTO E O 'JARDIM
BOTÂNICO'**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista

Orientadora: Soraya Silveira Simões

Rio de Janeiro

2014

LAURA SOUZA RÊDES

**A CASA E O PARQUE: A RELAÇÃO ENTRE OS
MORADORES DA 'COMUNIDADE' DO HORTO E O 'JARDIM
BOTÂNICO'**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista

Orientadora: Soraya Silveira Simões

Aprovado por

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Soraya Silveira Simões

Prof. Dr. Fabrício Leal Oliveira

Resumo

Os moradores da comunidade do Horto Floresta, na cidade do Rio de Janeiro são ameaçados de remoção de suas casas desde 1980 quando a gerência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro começou com pedido de reintegração de posse. A maioria desses moradores trabalhou ou é parente de ex-trabalhadores do Instituto e de outros empreendimentos que ali se instalaram. Na época de ocupação da área, tais moradores foram convidados a residir mais próximo do trabalho, tendo em vista a precariedade do transporte na época. A gerência do Instituto em acordo com algumas instâncias do governo federal deseja a remoção desses moradores para aumentar a área do parque, usufruindo de argumentos apoiados na “preservação” de um “bem público”. Já os moradores enfatizam o caráter imemorial da comunidade alegando que suas famílias possuem história no Horto desde o processo de ocupação da localidade. A partir das narrativas desses moradores pudemos construir outros “dizeres” de quem ali mora, transportando-nos para um passado que nos faz perceber de outra forma a relação entre os moradores e o “Jardim Botânico”.

Palavras-chave: Remoção. Moradores da comunidade do Horto. Preservação. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Abstract

Community residents of the Horto Forest, in the city of Rio de Janeiro, are being threatened to be removed from their houses since 1980, when the management of the Botanical Gardens of Rio de Janeiro Research Institute filed for repossession. Most of the residents either worked or are related to former workers of the Institute and other ventures that were there settled. At the time of the occupation of the area, the residents were invited to live closer to work, since the public transportation was so precarious. The management of the Institute, in accordance with the federal government, demands that the repossession of the residents in order to increase the park's size, supporting arguments as "preservation" of a "commonweal". On the other side, the residents emphasize the timeless characteristic of the community claiming their families have historic memories of the neighborhood since before the occupation process. Listening to the resident's stories, it was possible to have different points of views of the area, taking us back to a past where the relationship between residents and the "Jardim Botânico" was a lot different.

Keywords: Remocion. Community Residents of the Horto Forest. Preservation. the Botanical Gardens of Rio de Janeiro Research Institute

SUMÁRIO

1 O Conflito e as Estratégias de Luta: um encontro com o Horto Florestal...	5
2 As Marcas da Memória: os moradores da comunidade e o Horto.....	16
3 Para Não Concluir.....	26
4 Anexo.....	29
5 Bibliografia.....	.32

1. O Conflito e as Estratégias de Luta: um encontro com o Horto Florestal

Desde meados do curso de Geografia da PUC-Rio a relação entre a “geografia física” e a “geografia humana” me intrigava. Os procedimentos de análise para essas duas “vertentes” da Geografia caminhavam para lados opostos, ao mesmo tempo em que o debate entre a relação híbrida de ambas era presente. As diferentes discussões das questões relacionadas à “natureza” e aquelas relacionadas “ao homem” só afirmava a dissociação entre ambos, existente tanto nas pesquisas como na realidade¹. Percebi nesse momento, que a análise do conhecido termo “sustentabilidade”, que dentro das discussões no grupo de pesquisa (PET-GEO) tutorado pelo professor João Rua, (onde podíamos enxergar “sustentabilidades²”), poderia ser um caminho para entender a raiz dessa relação dicotômica. Nos últimos períodos da graduação, me deparei, nos debates nas aulas de “Sociologia da Educação”, com o conflito pelo território existente no Horto Florestal na cidade do Rio de Janeiro³. Porém, esse encontro não foi tão repentino. Fazia tempo que olhava para as pequenas casas que beiravam a Rua Pacheco Leão. Havia uma espécie de deslumbramento da minha parte e uma vontade incessante de morar ali. Ideias sobre aquelas residências não faltavam. Assim como a minha vontade de morar ali era expressa de alguma forma, outras pessoas também esboçavam reações. Dentre estas, muitas vezes, ao passar pela calçada, escutei pensamentos: “isso é um absurdo! Eu também gostaria de morar ‘no meio do

¹ Moreira (2006), ao refletir sobre o que concebe por natureza, traz a reflexão da natureza “dominada” para a ciência geográfica, abordando o seu processo de formação enquanto “ter”. Segundo o autor, “a criação da ciência supõe então a necessária dessacralização da natureza, ao preço da rígida demarcação do mundo em físico e não-físico” (p.57).

² O termo promove uma discussão na qual não se pode pensar em uma sustentabilidade, esquecendo-se que vivemos em um sistema que cria e é criado por forças de diversos interesses, regulado a partir de um sistema econômico e, que a partir desse processo, constroem-se planejamentos dentro de um processo histórico que se materializa no espaço. Nesse sentido, os conceitos não podem estar acabados ou definidos. Eles se transformam em conjunto com as sociedades, pois cada sociedade deverá expressar o que é e será sustentável na sua relação com a natureza (RUA, 2007).

³ Como trabalho para disciplina precisávamos fazer uma discussão sobre os comportamentos humanos na cidade. Para tal, busquei observar a relação dos moradores do bairro do Jardim Botânico com o parque Jardim Botânico e, sobretudo, como este “impactava” a vida dos moradores. O primeiro contato com o conflito se deu nesse momento.

verde' e não pagar nada." Foi nesse momento que a situação existente começou a se materializar na minha cabeça⁴.

O meu desejo pelo estudo sobre o conflito se deu logo quando percebi o porquê da sua existência: uma luta entre diferentes atores pelo controle e uso do território urbano, onde se combina enfrentamento de classes e a emergência de argumentos "preservacionistas" que servem à concorrência ao direito à moradia. Nessa disputa encontramos, de um lado, a gerência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ) que deseja aumentar a área do parque, tendo em vista, a sua necessidade de unificar desde a área do Arboreto até o Solar da Imperatriz onde funciona a Escola de Botânica (ver imagem 12 em anexo). Alega assim, que no processo de constituição da localidade, o seu espaço foi invadido por moradores, e que hoje, não "preservam" um "bem público". No outro lado, encontramos os moradores da "comunidade"⁵ do Horto Florestal que ocupam cerca de 600 casas na localidade. A maioria desses moradores é ex-funcionário ou parente de ex-funcionário do Instituto, e são ameaçados de remoção por parte da gerência do parque que age a partir de ações contra eles, com apoio do governo federal (representado por seus aparatos e órgãos). Alegam que possuem uma história na área, haja vista que a construção da localidade e seu processo de crescimento geraram uma identidade territorial proveniente da relação entre IPJBRJ e a comunidade. As histórias e os depoimentos que serão contados ao longo desse trabalho elucidarão-nos sobre essa relação. Antes disso, para entendermos as transformações que ocorreram na localidade e como foi se delineando o conflito ao longo dos anos, nas quais as narrativas remontam, tornou-se necessário um levantamento sobre a ocupação da área.

A ocupação do bairro do Horto Florestal se deu desde os primórdios da colonização brasileira. Ondas de trabalhadores foram ocupando o bairro para servir às demandas dos empreendimentos ali inseridos, como por exemplo, para o cultivo

⁴ Os moradores da comunidade do Horto não possuem título de propriedade. Porém, uma pesquisa feita pelo Instituto de Terras do Rio de Janeiro em 2005, mostra que 47% dos moradores habitam a área entre 30 e 50 anos e 30% já passou dos 50 anos de moradia (FITTIPALDI, 2006, p. 23)

⁵ O termo "comunidade" está entre aspas pela pluralidade de significados que essa categoria obtém. Nesse sentido, optei por ela para fazer menção a forma como os próprios moradores categorizam. O debate acerca desse termo não foi engendrado na pesquisa por uma opção pessoal. Para o leitor interessado buscar em: SIMÕES, Soraya Silveira. A Oficina do Bem Comum: usos e significados da categoria 'comunidade' nas arenas públicas cariocas. Paper apresentado em: III Congresso "Ciudades de la Gente", 15-17 de outubro, 2012, Rio de Janeiro.

de cana-de-açúcar no Engenho D'el Rey (SOUZA,2012). Em 1811, D. João VI desapropriou pequenos lotes de terra e latifúndios na área para criar a Fábrica de Pólvora no Horto, e nos seus arredores, o Real Horto Botânico, um jardim de aclimação a fim de experimentar especiarias e plantas de outros países. Para tais empreendimentos era preciso ter trabalhadores no entorno, e com a dificuldade de transporte da época, esses trabalhadores eram convidados a morarem perto dos seus trabalhos, e desta forma, a maioria construiu suas casas dentro dos pequenos lotes doados.

Conta-se que as casas eram de barro com bambu, de estuque, de pau-a-pique e com chão de tábua de madeira. A iluminação dessas casas era insuficiente, pois havia apenas um relógio de luz para fornecer energia a 17 casas. As ruelas não eram asfaltadas e nem tampouco iluminadas. Os moradores buscavam água nos rios e muitos faziam “mina d'água” para abastecer suas casas.

Outros empreendimentos foram alocados na área, como a Fábrica Carioca, em 1890, a Companhia de Saneamento, em 1889, e a América Fabril, que tempos após comprou a Fábrica Carioca. No “pacote” dos empreendimentos vieram as vilas operárias para os trabalhadores morarem. A vila para a Companhia de Saneamento tinha 89 casas para famílias operárias e 22 cômodos para solteiros. Além desses trabalhadores, muitos outros foram morar no bairro do Horto para a construção de ruas, como por exemplo, a Estrada Dona Castorina (SOUZA, 2012).

Com o tempo, a área foi ganhando alguns serviços (parte dela devido aos arruamentos realizados pelos moradores) como transporte coletivo e energia elétrica. Conforme as famílias iam crescendo suas casas aumentavam. Esse processo de ocupação constitui hoje o que é conhecido como a comunidade do Horto, formada por três núcleos principais: Caxinguelê, Morro das Margaridas e o Grotão (são incluídas também a área do chamado Horto e Dona Castorina). Porém, o bairro não é formado somente da comunidade. Além de empresas como a companhia de energia elétrica, a Light, a SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) e a Rede Globo (maior emissora de televisão do país), entre outras, a área contém muitas residências de altíssimo valor imobiliário, comércio diversificado e algumas escolas, formando desta forma, uma paisagem que demarca as diferentes classes sociais. É nesse contexto de ocupação e formação do bairro, que emergiu um conflito pelo território, cujo meu objeto de estudo se delinea.

No primeiro contato com o conflito pude caminhar entre as pequenas ruas de terra que meandravam a comunidade. Percebi a dinâmica de seus moradores, conheci algumas casas e conversei com diversas pessoas. Particpei de reuniões da AMAHOR (Associação e Amigos dos Moradores do Horto) e fui à cachoeira da Floresta da Tijuca com os adolescentes que dali se apropriaram como o quintal de suas casas. Flagrei as obras da CEDAE e a estrada que foi construída atrás da Light até o Solar da Imperatriz. Entrei no parque do Jardim Botânico, admirei suas plantas e debati com o vice-presidente da época. Naquela ocasião expus o motivo da minha presença e decifrei belas palavras: “eu não posso levar um pesquisador estrangeiro para estudar na Escola de Botânica ali no Solar da Imperatriz e no meio das aulas escutarmos a novela das nove. Não pega bem.” Além disso, observei o receio dos moradores com a minha presença na localidade, mas também, a disponibilidade da maioria em conversar comigo, me mostrar fotos e contar histórias.

Ainda nesse mesmo momento do estudo, me deparei com a real situação dos moradores da comunidade perante os seus processos de remoção da área. Compreendi as divergências e convergências dos aparelhos burocráticos do Governo na defesa e no ataque aos moradores, assim como, detalhei o processo no qual esses aparatos variavam de postura (a qual pode ser evidenciada nas reportagens em anexo). Sobretudo, refleti sobre a origem do discurso “preservacionista” e o seu potencial enquanto agregador da causa do IPJBRJ. “Uma luta de tostão contra milhão”.⁶

O conflito fundiário existente hoje no bairro do Horto Florestal envolvendo, em primeira instância, a gerência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ) e os moradores da comunidade do Horto, origina-se na década de 1980 (como mostra a imagem abaixo), pois foi quando se iniciou a tentativa de reintegração de posse por parte do Instituto.

⁶ Foi o que disse o advogado, Dr. Oswaldo Lima Rodrigues, aos pescadores do povoado de Zacarias, situado no sistema lagunar de Maricá, quando pediram sua ajuda contra o empresário Lúcio Feteira, que buscava, a partir *Companhia Vidreira do Brasil*, transformar todo o povoado e alguns outros que compreendiam o sistema lagunar, na Cidade de São Bento da Lagoa. Por meio de um processo de reintegração de posse, a empreitada urbana, atrativa ao turismo, ameaçava a identidade social dos moradores/pescadores e suas relações com o sistema de pesca na área. Sem “títulos competentes”, os moradores eram ameaçados de remoção. Os embates jurídicos começaram em 1950. Mello e Vogel, 2004, p. 211-290.



Imagem 1: matéria do jornal “O Globo” do dia 20 de janeiro de 1991.

Fonte: arquivo pessoal de uma moradora concedida a autora em um trabalho anterior

Os moradores foram e são hoje chamados de invasores da área do parque, mas de acordo com alguns relatos, muitos desses moradores que habitavam o núcleo do Grotão (parte mais distante em relação ao IPJBRJ) foram convidados por um antigo diretor do parque, na década de 1950, a morarem ainda mais perto do trabalho, começando assim o processo de formação do núcleo do Caxinguelê, que se localiza nos limites do Instituto. Os moradores também são acusados de não cuidarem da área, poluindo-a. Entretanto, depoimentos desses moradores trazem em questão algumas situações que rebatem essa ideia: em 1990, na Escola Municipal Julia Kubitschek, que se localiza aos redores do parque e na comunidade do Horto, foi criado o “Arboreto JK” que continha 16 espécies de árvores de 5 continentes diferentes. Mas, em detrimento de uma obra para a construção do estacionamento do IPJBRJ, parte do Arboreto foi destruída e metade do campus da escola reduzido. Ainda nessa mesma década, eram constantemente evidenciadas pelos moradores, queimadas de lixo orgânico feitas pelo Instituto.

A estratégia da gerência do Instituto embebe-se justamente daquilo que ele representa: um parque que gera pesquisas botânicas e estudos sobre a fauna ali presente, além de “preservar o verde”, servindo como argumento para a necessidade de remoção dos moradores. Essa representatividade ganha força pela mídia, que enaltece o discurso preservacionista⁷ do Instituto e pela a Associação de

⁷ A construção do pensamento preservacionista e conservacionista pode ser encontrada em DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 1996, e em GOMEZ-POMPA, Arturo. KAUS, Andrea. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. Bioscience, 42 (4), 1992. In: DIEGUES,

Moradores do Jardim Botânico (AMAJB) na qual deseja também a remoção dos moradores da “comunidade” do Horto, como mostra a imagem abaixo (e outras em anexo):



Imagem 2: reportagem do jornal “O Globo” de 16 de julho de 2012.

Fonte: arquivo pessoal da autora referente a um trabalho anterior

Um depoimento elucidativo acerca da situação no Horto Florestal está presente nas palavras do secretário executivo do Parque Nacional da Tijuca (PNT), Roberto Maggesi, onde afirma que a comunidade do Horto nunca foi ameaça para o PNT, mas que a especulação imobiliária torna-se cada vez mais o seu maior inimigo. Há muitas áreas desmatadas e degradadas devido a construção de condomínios de luxo. Além disso, afirma em que o IPJBRJ não é um lugar para “conservação do verde”: “basta um breve diálogo com seus pesquisadores. Vem substituindo a pesquisa pela prática comercial, como a criação de espaços musicais, restaurantes, estacionamentos, sedes de empresas, (...). Querem a área da comunidade do Horto para estender sua atividade”⁸.

Nesse território onde sua história remonta-se ao período colonial e a confluência de diversos usos e apropriações do espaço sempre lhe foi presente, torna-se desapropriado atribuir aos moradores da comunidade a causa dos “problemas” e das transformações da localidade, descomplexificando o embate existente. Concordamos, desta forma, com Ubiratan de Souza (*et al.*, 2013) ao afirmar que “de fato, é um processo de apropriação do território nessa parte da cidade repleto de contradições e conflitos inerentes aos processos urbanos e

Antonio Carlos Santana (org.). Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

⁸ Depoimento de Roberto Magessi no site www.amahor.org.br.

segregadores (...)” (p. 47). Ubiratan foi o coordenador do Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística da Comunidade do Horto/Jardim Botânico do Rio de Janeiro do Laboratório de Habitação da FAU/UFRJ em parceria com a Superintendência Regional do Patrimônio da União (SPU/RJ) e os moradores da comunidade, que foi iniciado em 2010 com intuito de tornar possível a co-presença dos moradores da comunidade, do IPJBRJ e do ambiente “físico-natural” que envolve a área, a partir de regularização fundiária, cadastral e urbanística dos moradores da localidade. A SPU buscava ainda, o real perímetro do parque. Para o projeto, foi feito um levantamento topográfico para uma base cartográfica atualizada, uma caracterização da localidade a partir das condições dos serviços públicos, da qualidade de infra-estrutura, da coleta de documentos das famílias que habitam a área, através de um cadastramento socioeconômico e habitacional da comunidade (SOUZA, *et al.*, 2013).

Como nos contado em uma das reuniões dos moradores da comunidade, o projeto descrito foi denunciado pela AMAJB ao Tribunal de Contas da União (TCU) alegando a possibilidade de “privatização” da área pública. O TCU, desta forma, criou uma nova comissão com intuito de delimitar a área de interesse do IPJBRJ. De acordo com Ubiratan (*et al.*, 2013) a alegação que o projeto privatizaria uma área pública é “invérdico, na medida em que o projeto não prevê a transferência de propriedade dos imóveis aos moradores, mas sim, a outorga de posse do mesmo, mantendo a titularidade da propriedade da União Federal” (p.53). A partir de então, o conflito acirrou-se exponencialmente.

Nesse momento de debate sobre o projeto (que vai desde sua criação, em 2010 até início de 2013) e da instabilidade acerca da situação dos moradores da comunidade do Horto, instâncias do governo federal, como a SPU, a Advocacia Geral da União (AGU), o TCU, o Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN) em conversa com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), resolveram discutir o real perímetro do IPJBRJ, não registrado até então. A decisão foi divulgada em maio de 2013, quando foi comunicado que 520 das 620 famílias que moram na área terão de ser removidas gradualmente por determinação do TCU. De acordo com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, será necessário a partir dessa decisão um recadastramento das famílias que moram dentro do perímetro do parque além de um apoio do Governo Federal para as suas realocações. A Ministra ainda afirma que esse trabalho será prioritário às famílias que se encontram em área de “risco”

(deslizamentos de encostas e inundação pelo rio)⁹. Os moradores da comunidade do Horto entraram com recurso pela decisão tomada. Da mesma forma que não foi reconhecido pela gerência do parque o projeto realizado pela FAU/UFRJ, a SPU e os moradores, esses últimos resolveram não aceitar o recadastramento proposto pelo governo. Desta forma, pretendem não colaborar com as informações.

Nada declarado no Diário Oficial, os moradores vivem com o assombro das suas remoções e, enquanto isso, puxam alguns “fios de cabelo” que lhes restam: o governo municipal declarou em reunião com os moradores, que vai criar um Grupo de Trabalho (GT) onde participarão alguns representantes dos moradores da comunidade (membros da Associação de Moradores do Horto – AMAHOR), membros da AMAJB – cuja participação desse último grupo foi motivo de forte crítica por parte dos moradores – e profissionais das Secretarias de Urbanismo, Habitação e do Meio Ambiente. Esse GT busca fazer um estudo da área com a finalidade de “estar tentando amenizar” o momento de dúvida e ansiedade, e um recadastramento dos moradores, que por fim nada mais seria do que um reconhecimento por parte do município (ausente no processo até então) da localidade. Há uma preocupação por parte dos moradores da comunidade com o GT, devido a experiência negativa com o estudo para a regularização do governo federal. Ao contrário do que pensaram, esse estudo só acirrou o conflito, na medida em que a participação do IPJBRJ e da AMAJB atrapalhou o planejamento da SPU na época (projeto em parceria com a FAU/UFRJ acima exposto). Os moradores não concordaram com um novo cadastramento alegando já ter sido feito no projeto anterior. Além do GT, o governo municipal, tendo como porta-voz o sub-prefeito em um dos encontros mensais na comunidade, alegou a possibilidade de criação de um conjunto habitacional na área do Horto fora dos limites da comunidade. Ignora, desta forma, toda a complexidade do conflito ao entender que a luta é por “teto”.

Importante instrumento de luta para os moradores foi a criação oficial do Museu do Horto em 2010, a partir de iniciativa dos moradores e colaboradores com as questões referentes ao Horto Florestal, onde se realiza projetos de memória social na área, pesquisando a história dos moradores, sobretudo, aqueles tradicionais na localidade. Antes disso, com a fundação da AMAHOR em 1982, começou-se um processo de criação de um acervo de fotos e documentos dos

⁹ Informação retirada do site www.horizontegeográfico.com.br.

moradores¹⁰. Nesse sentido, o Museu do Horto surgiu a partir de uma causa clara: para desconstruir a ideia dos moradores como invasores. Ele consegue dar visibilidade ao acervo antigo desses moradores através do acesso a essa memória. A partir de achados nos caminhos percorridos dentro do Horto (ruínas de construções e objetos) e das histórias contadas pelos moradores, hoje o museu busca realizar um traçado da memória dos escravos na área.

Nesse “novo” momento do conflito, quando as demais esferas do governo tomam a situação do Horto como pauta, os deputados estaduais Nilton Salomão e Gilberto Palmares realizaram uma assembleia no dia 3 de dezembro de 2013 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), no intuito de estarem presentes e cientes da discussão sobre o conflito no Horto Florestal. Compareceram além dos deputados, o ex-advogado dos moradores da comunidade do Horto, Miguel Baldez, o professor Ubiratan de Souza, a historiadora Laura Olivieri de Souza e a presidenta da AMAHOR, Emilia Souza. As palavras vindas da mesa eram direcionadas ao caráter imemorial da comunidade do Horto, entendendo, desta forma, que ela está presente nos primórdios da constituição daquela área. Referente à isso, os moradores acrescentam: “se o IPJBRJ é considerado pela UNESCO como patrimônio, os moradores da localidade deverão ser considerados também”. Com os últimos “fios de cabelo” que lhes restam, os moradores da comunidade vivem na mescla de sentimentos de ameaça, medo e esperança.

Observamos aqui as demais perspectivas, visões e dimensões que atravessam o conflito acima exposto. Acreditamos que perceber como o território é vivido pelas pessoas que nele habitam e que dele se apropriam é uma forma de buscar outras “vozes”, na maioria das vezes ofuscadas por um discurso oficial/formal, que deseja dominar pedaços da cidade, desconsiderando as histórias e vivências ali engendradas¹¹. Nesse encontro com o Horto, percebemos “pequenos seres” que podem construir diferentes perspectivas e visões desse lugar: as crianças. Entendemos desse modo, que as crianças são usuárias qualificadas e competentes da cidade. Essa linhagem de pesquisas ultrapassa um dos mais bem

¹⁰ Souza, 2012.

¹¹ Haesbaert (2004b) faz uma discussão sobre os processos territoriais de dominação e apropriação a partir de um diálogo com Lefebvre. Dominação nesse debate se expressa como “possessão”, “propriedade”, vinculado ao valor de troca. O processo de apropriação é visto como muito mais simbólico, marcado pelo “espaço vivido”, vinculado ao valor de uso.

estabelecidos obstáculos e *bias*¹² no campo dos estudos urbanos, sobretudo, no planejamento urbano que, tradicionalmente, desconsidera o ponto de vista das crianças para a produção de conhecimento relevante e de reflexões sobre as qualidades do espaço urbano, da moradia, do trânsito, dos transportes, da sinalização, da acessibilidade (aos lugares), dos espaços de lazer e de convívio. Para tal compreensão dessa apreensão de mundo das crianças moradoras da “comunidade” do Horto, vividas nesse processo conflituoso, nessa paisagem urbana que, sobretudo, mistura um processo de ocupação com a necessidade de “preservação da natureza”, optamos, naquele momento, por realizar as análises mencionadas acima na Escola Municipal Capistrano de Abreu, localizada no Horto Florestal, onde mais da metade dos seus alunos são moradores da área. A escolha pelo sistema formal de ensino está relacionada, sobretudo, com a percepção de como lá dentro veiculam informações, relações e maneiras de apreender o mundo e, assim, como são orientadas diversas formas de visões e pensamentos.

Na primeira ida à escola para a apresentação da pesquisa para as diretoras nos deparamos com o primeiro empecilho: só seria possível realizar qualquer atividade na escola com autorização prévia da Segunda Coordenadoria Regional de Educação (2ª CRE). Para justificar a questão, as diretoras nos contaram que havia tido um problema após a minha ida à escola em outra ocasião. A escola foi alertada sobre o cuidado que os moradores da comunidade do Horto devem ter com pessoas desconhecidas, pois podem ser jornalistas infiltrados. Após a conversa com a diretora fomos para a 2ªCRE. Lá nos deparamos com toda a burocracia: tínhamos que criar um projeto que tivesse um título, a área de abrangência de estudo, os objetivos, o resumo da pesquisa, a relevância do estudo, a metodologia, os instrumentos que serão utilizados, o motivo de escolha da rede pública municipal de ensino para a pesquisa, o cronograma e o prazo para o retorno da conclusão da pesquisa à Secretaria Municipal de Educação. Além disso, precisávamos de uma carta de apresentação da Universidade contendo o título e nome do professor orientador da pesquisa assinada pela coordenação do curso ou pelo próprio professor orientador. Deveríamos então reunir esses documentos e abrir um processo na 2ªCRE. Assim, o processo seria encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação que por sua vez, entraria em contato para dar o parecer da

¹²BECKER, Howard S. Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

possibilidade da pesquisa. Nesse período de “espera” fomos avisados pela Secretaria Municipal de Educação que necessitaríamos de um Comitê de Ética da Universidade para avaliar a viabilidade da pesquisa.

Enquanto “cuidávamos” da nossa expectativa, nos debruçamos sobre os livros “Como as Crianças Veem a Cidade” (VOGEL et al., 1995) e “Quando a Rua Vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro” (VOGEL et al., 1985) que cruzam o estudo em questão. O primeiro relata a experiência de pesquisar a partir de desenhos e redações, como as crianças de escolas de baixa renda e de alta renda enxergam a cidade em que moram. A pesquisa foi direcionada a partir de nove temáticas: moradia; poluição; lazer e diversão; paisagem – cartão postal; serviços e equipamentos; violência e segurança no bairro e na cidade; centro; governo e associação de moradores; atividade e trabalho. O estudo busca “o primeiro ensaio de vocalização do ponto de vista das crianças e adolescentes do Rio de Janeiro, sobre sua cidade e sociedade” (p. 14). No mesmo viés da percepção sensível ao cotidiano, o “Quando a Rua Vira Casa” realiza um debate crítico acerca dos projetos urbanísticos que não enxergam a vida, os códigos e valores que em determinado lugar se impõem e que se transformam de acordo com as práticas cotidianas envolvendo diferentes formas de apropriação do espaço. Usam experiências do bairro do Catumbi e da área da Selva de Pedra, na cidade do Rio de Janeiro para as análises¹³.

Tais vivências relatadas nos livros e os debates acerca das concepções de cidade vão ao encontro do que buscamos experimentar no cotidiano dos moradores da “comunidade” do Horto, sobretudo a partir da visão das crianças. Porém, como dito, nos deparamos com obstáculos que, por questões de tempo da pesquisa, não nos deixou, momentaneamente, adentrar nesse mundo. As outras “vozes” aqui buscadas perpassam incontestavelmente pelos moradores “antigos” da comunidade do Horto. É nas suas narrativas que nos debruçaremos nesse trabalho.

¹³ Assim como no Horto, a Associação de Moradores do Catumbi, a partir de sua organização e mobilização, desempenhou um papel fundamental na luta contra planos oficiais de renovação urbana, possibilitando ainda a permanência do bairro, mesmo com a desfiguração ou extinção total de alguns estabelecimentos locais.

2. **As Marcas da Memória: os moradores da comunidade e o Horto**¹⁴.

O processo de disputa pelo território presente no Horto Florestal mudou a vida dos moradores da comunidade do Horto. Seus hábitos, comportamentos e atitudes na localidade transformam-se dia após dia. Se antes eram “zeladores” da área, agora andam com desconfiança de pessoas desconhecidas que passam perto de suas casas. Não buscam investir em suas moradias (pinturas, jardinagem, telhado) com receio de serem removidos a qualquer momento. Vivem, sobretudo, com sentimentos ambíguos e misturados de confiança, medo, nostalgia, esperança, raiva, angústia, prazer. Fábio, morador da comunidade, nos conta do processo: “antes de todas as ameaças, a relação dos moradores com o próprio parque era prazerosa. Passear no parque com os filhos, leva-los para conhecer o trabalho dos pais no Instituto era hábito para os moradores. Hoje, criei um bloqueio com aquele lugar. Além de ser tão alvejado, o público mudou completamente. Originalmente as famílias do Horto trabalhavam com jardinagem no Instituto e agora se deparam com isso”. Outros moradores nos revelam o processo de formação dessa relação entre os moradores da comunidade do Horto e o “Jardim Botânico” (parque). Encontrando suas narrativas, entendemos, sobretudo, as experiências vividas na localidade, e é sob elas que nos deteremos.

Dona Edna

“Meu pai foi funcionário do Jardim Botânico (IPJBRJ), na época que meu pai... meu pai antes de ser funcionário do Jardim Botânico, ele foi funcionário da América Fabril, uma fábrica de tecidos que tinha aqui na área, na Pacheco Leão. Isso mais novo. Depois ele se integrou ao corpo de funcionários do Jardim Botânico. Então, ele não morava aqui. Teve uma história. Minha avó que morava aqui nessa área quando meu pai era mais jovem. Mas depois ele acabou se distanciando daqui, morando em outros lugares. Mas, quando ele veio trabalhar no Jardim Botânico, aí foi oferecido pra ele, não só pra ele, como todos os servidores da época, morar

¹⁴ As histórias contadas por Dona Conceição, Dona Filinha, Seu Waldir, Dona Leny, Seu Juarez e Dona Elza são provenientes de um estudo realizado pelo Museu do Horto em 2010, onde encontramos trechos dessas entrevistas. As imagens também fazem parte desse trabalho. O vídeo “Horto: lugar de memórias” com as narrativas pode ser encontrado no site www.museudohorto.org.br.

próximo ao trabalho. Se hoje a situação de transporte é complicada, antigamente era muito mais. Embora não tivesse número de carros que se tem hoje... o nosso meio de transporte era o bonde, então tinham poucas linhas. Aqui só tinha uma linha que fazia garagem até ali onde é a TV. Globo. Então, foi oferecido para cada trabalhador do Jardim Botânico a morar próximo ao trabalho, e aí, foi destinada uma área, onde cada um foi construir a sua residência e dessa forma a gente veio parar aqui (referencia a casa onde moram agora). Quer dizer, ele na época tava casado com a minha mãe. Eu não nasci aqui no Horto, mas eu vim pra cá com um ano de idade, entendeu? Quando fiz um ano de idade eu vim morar aqui no Morro das Margaridas, até 1976. Ali eu cresci, tive realmente uma infância muito boa, foi maravilhosa né? A gente tinha contato com essa natureza aqui, muitas famílias, muitas crianças, dentro da mesma faixa etária nossa, então era, e ainda é, mas naquela época era muito mais, um lugar tranquilo. Não tinha perigo nenhum. Então, a gente se sentia protegido aqui. A gente brincava muito, fazia um monte de brincadeira de roda, era pique e a escola também, por sua vez, escola dentro do bairro, que é uma escola ali dentro do Jardim Botânico. A Julia Kubitschek. Eu estudei ali. Aquela escola foi fundada pelo presidente da época, Juscelino. A maioria estudava aqui ou fora da escola, mas dentro daqui do bairro. A minha primeira escola foi ali na Julia Kubitschek, onde fiz o primário. Antigamente o primário, até a sexta série. Uma escola dentro de uma área imensa. A gente interagia muito com o Jardim Botânico. Não se tinha essa relação que hoje tem de ambiguidade, de embate com o Jardim Botânico. Era uma interação muito boa das famílias, da população daqui, com o diretor e os funcionários do Jardim Botânico. A gente tinha até o parque como um local de passagem. A gente atravessava o Jardim Botânico naturalmente. Era cercado, mas não se tinha um impedimento que os funcionários circulassem, até porque meu pai trabalhava ali dentro. Minha infância também foi ali. A gente entrava e pegava muitas frutas, como jambo, pêssego da Índia... Olha, eram muitas frutas que a gente pegava dentro do Jardim Botânico quando tava na época. Pegávamos rãs, caçávamos rãs, que tinha um lago lá cheio de rã e a gente pegava pra trazer pra casa pra poder fazer. Foi uma época muito boa. Foi muito boa a infância da gente aqui. Inclusive quando se tinha festividades por aqui, como o “dia da árvore”, o próprio presidente da república vinha aqui, fazia uma solenidade com os alunos da escola, a gente plantava árvore... Hoje onde tem o SERPRO era um arboreto que foi criado por ele também. Era um local lindo, cheio de árvores que depois foi destruído

e fizeram o SERPRO ali. Então, todo o ano a gente plantava uma árvore. Todas as crianças, moradores plantavam ali uma árvore. A maioria dos alunos da escola era filho de trabalhador do Jardim Botânico. Vinha muita pouca gente de fora, até vinha entendeu?, por conta da proximidade mesmo, mas a maioria era daqui do Horto, moradores do Horto. E o nível de escola antigamente era um nível muito bom. O que você conseguia ter de aprendizado até a admissão que era a sexta série, aquilo eu carregou pra minha vida inteira. A base foi uma base muito boa. E assim foi... A gente foi criado aqui. Tava contando pra você aquelas histórias que a gente tinha né?, de criança. A casa que eu morava era parte de uma senzala, então a gente tinha contatos crianças, com pessoas de outro plano, os escravos. A gente via os escravos... Via índio, transitando... Eu não tinha medo disso, entendeu? A gente encontrava também muitos instrumentos da época da escravatura. Lembro de uma corrente que eu achei e minha mãe até me bateu, porque mandou eu jogar aquilo fora, porque trazia coisa negativa pra dentro de casa. E eu não entendia, então trouxe pra casa. E assim foi crescendo, entendeu? Aí depois em 76, foi quando meus pais mudaram pra cá, porque aqui morava também outro servidor do Jardim Botânico, que era compadre do meu pai, que não quis mais ficar aqui e se mudou lá pra São Gonçalo. E aí, nós viemos pra cá, onde é essa casa agora, mais aqui pra frente, onde a Emília mora. A gente claro que ampliou (no terreno são duas casas. Na frente mora a irmã, Emília, a mãe, Elza, a filha dela Janaína e duas netas. Na casa de Dona Edna mora ela, seu marido e seus três filhos). Aqui a gente tem contato com as forças da natureza, eu sinto isso. Eu tenho assim uma ligação, uma interação muito grande com as coisas da natureza. Então, às vezes eu fico aqui a noite (no terraço), fico meditando, ainda mais a noite que não tem barulho... De manhã eu sempre gosto de estar agradecendo, mas mais a noite pra agradecer pelo dia, pedir proteção, entendeu?, pra me ajudar profissionalmente... Eu acho que isso tem me ajudado bastante e isso tem a ver com o local. Tem a ver com isso. Se eu não tivesse aqui, de repente eu não teria essa visão, esse foco, né? Um lugar maravilhoso aqui. (...) Quando a gente era criança, na época do Carlos Lacerda, a gente já teve um movimento inicial de se fazer aqui um cemitério, ali onde a gente morava na Margarida. Aí, houve uma coisa, uma queixa dos moradores, aí, ficou por terra e não avançou nisso. Aí, depois começou em 1980 mais ou menos, quando teve a implantação do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o qual administrava o Parque Nacional da Floresta da Tijuca) que eu não lembro bem o

ano, aí já começou uma luta de reintegração de posse. Já começaram a ver esse local aqui com outros olhos. Já queriam tirar os moradores daqui pra levar pra outros locais. (...) A vinda da TV. Globo foi marcante pra gente aqui, que foi quando realmente se iniciou esse processo, essa forma mais agressiva com a comunidade nessa questão de remoção das pessoas. Até porque a gente entende que a Globo pensava em fazer aqui o set de gravação dela. Pra ela seria muito melhor fazer aqui o local, do que ir lá pra Jacarepaguá. Filmar seus programas, suas novelas, isso aqui é propício pra isso, então eles tiveram essa visão. Mas, enquanto o Roberto Marinho era vivo a coisa foi um pouco branda, porque tinha o histórico dele ter lutado contra a ditadura, revolucionário na época, então eu acho que ele não queria burlar a imagem dele, entendeu?, com uma questão que era contraditória com a história de vida que ele pregava. Mas, depois com o falecimento dele, a coisa ficou bem pior. Eu tinha uns vinte e poucos anos pra quase trinta quando isso começou, começou esse movimento. Agora ultimamente (para, pensa e retoma depois)... Nessa época que tudo começou, a gente não dava muita importância não nessa época. Não tinha essa visão, essa preocupação. A gente nunca achava que fosse adiante. Mais pra frente que a gente foi vendo que a coisa ia, tava ali tomando um rumo que se a gente não se organizasse e não lutasse, nós não estaríamos mais aqui. Foi criada uma associação de moradores, associação antiga aqui, mas só atuavam mesmo as pessoas mais antigas, mais idosas. De um tempo pra cá, foi que houve essa mudança, uma visão mais, entendeu?, no sentido que os jovens também integrassem essa luta, que é força né? A juventude é a força disso. Então, hoje, a associação de moradores tem outra característica, tem uma outra visão, uma outra face, com a participação mais coletiva da comunidade. Hoje, tem inclusive representantes de cada área daqui (Morro das Margaridas, Caxinguelê, Grotão), que antes não tinham. Hoje tá mais organizado. Não só essa questão da participação dos moradores, que não são todos, mas ao mesmo tempo, não só foi importante participação dos moradores como se buscou alianças fora da comunidade. Isso foi bom porque fortaleceu bastante a nossa luta. Se estivéssemos como estávamos antes, só, isolados, já teríamos sido engolidos. Hoje tem vários órgãos, várias organizações, muitos sindicatos, não sei o quê, apoiando a nossa luta (...). Está mais difícil agora fazer da forma que eles estavam pensando em fazer né?, tirar todo mundo (...). Eu acho que isso foi positivo (referindo-se as ameaças de remoção), porque as pessoas passaram a valorizar mais o lugar mais onde moram. Antes, se

morava aqui, mas não dava importância. Hoje em dia as pessoas veem a importância de estar aqui. Essa briga canalizou mais a nossa missão de fortalecer e de entender a importância do nosso lugar e de valorizar mesmo, né? Essa área, onde se mora. Se hoje a gente conta com essa natureza, que de certa forma é impecável, é graças aos moradores. (...) Se há alguma área degradada, as pessoas se mobilizam e tentam recuperar aquela área (faz referência aos aprendizados na época em que as pessoas trabalhavam no IPJBRJ). (...) Se não estivéssemos aqui, muito pouco teria dessa visão aqui, já teriam muitas mansões, *Resorts*, entendeu?, restaurantes, pousadas (...). Ali na Lopes Quintas, era toda de mata. Agora está coberta de mansões. Que você acha que ia acontecer aqui se a gente não tivesse aqui, nessa área maravilhosa, com tantas possibilidades, né? Eles devem sonhar de fazer alguma coisa aqui. Já devem ter um projeto todo pronto na cabeça do que vai ser isso aqui. (...) O Jardim Botânico passou de um lugar que eu brinquei e fiz a minha infância, para um lugar que eu não tenho coragem nem de entrar. A gente não pode sair daqui. A gente vai perder nossa referência de vida.”



Imagem 3: Escola Julia Kubistchek

Dona Filinha

“Essa casa quando tavam fazendo pra nós, o rapaz que fazia era muito amigo nosso, aí, ele falou assim ó: ‘ela não tá acabada. Ainda falta muita coisa, mas vocês mudam, porque o chofer do Getúlio Vargas precisa morar aqui... ele quer dar uma casa boa aqui dentro pra ele’. (...) Aí, nós mudamos. Então, a gente mudou para o

meio do mato, trazendo tudo... porque isso tudo era mato, era um caminhozinho, sabe? Aí, vieram aqui avisar que o caminhão tava despejando areia pra fazer uma construção. Ai, juntou uma porção de mulher e fomos lá, porque os homens tavam trabalhando, né? Nós fomos pra lá e perguntamos (o que ia ser feito ali. Então responderam:) ‘A gente vai fazer uma obra aqui mas não vai prejudicar o colégio (Júlia Kubitschek). Por que aí, nós falamos: 'mas já tirou metade do pátio, né?', das crianças...e ainda ficou um pedaço pras crianças. Quer dizer que quem tá invadindo? Não somos nós, né?’”.

Seu Waldir, Dona Leny e Seu Juarez (irmãos)

“Cheguei em 1927, minha mãe me trouxe, mas antes disso, meu pai já tinha casado e já morava aqui, lá no Grotão, naquelas casinhas antigas feitas de barro. Pareciam um trenzinho a casa. Tem a casa velhinha e a casa mais nova, onde ele tirou o retrato com 6 anos (se referindo ao irmão). Ele já vai fazer 80. O primeiro a trabalhar aqui foi meu avô, seu Antônio dos Santos. Foi padraсто da minha, criou minha mãe desde um ano de idade e nós consideramos como avô. Daí, minha mãe casou em 1925 e em 1927 ele nasceu (se referindo a outro irmão) e depois meus avós fizeram casa mais cá pra baixo e meu pai derrubou aquela velhinha... Fez uma casinha melhor que foi tirado os tijolos de um armazém que tinha aqui na Rua Pacheco Leão¹⁵. Lá tinha muitos porcos, galinhas, muito remédio plantado: era capim-limão, poejo, hortelã... e a vizinhança toda ia lá. Lá era a farmácia da vizinhança. Tinha uns chazinhos caseiros, né? Quando eu trabalhava lá na cachoeira limpando os animais, eu ia panhar capim lá em cima. Enchia a carroça de capim e vinha. Era uma alegria, sabe? A gente trabalhava com satisfação, com amor. Hoje a gente é escorraçado. Escorraçado mesmo. A gente mora aqui no mato sossegado... Ali na área onde tá o SERPRO atualmente, ali quase todos os anos tinha festa das árvores no dia 21 de setembro. Nas primeiras vinham o Getúlio. Getúlio plantou árvore ali. Tinha festa com banda de música e tudo. Depois veio JK, Dutra...sempre fazendo festas ali. A última foi lá no Horto aonde tem aquele campinho. No tempo do JK ele construiu aqui a escola Julia Kubitschek. Isso foi em

¹⁵ De acordo com Emerson, morador da comunidade que nos apoiou intensamente nessa pesquisa, o armazém situava-se na esquina da Rua Caminhoá com a Rua Pacheco Leão (ver imagem 12 em anexo), no conjunto habitacional da antiga fábrica, região conhecida como “Condomínio”.

1956 se eu não me engano. O Jardim Botânico (IPJBRJ) era da Julia pra baixo e o Horto Florestal era pra cima (...).”



Imagem 4: casa da família com Seu Juarez aos 6 anos



Imagem 5: seu Antônio dos Santos no Horto Florestal



Imagem 6: seu Juarez no Solar da Imperatriz

Dona Conceição

“Conceição Maria Maciel. Eu moro aqui já... faz 80 anos dia 8 de dezembro, fim do ano (2010). Eu sempre morei aqui, gosto muito do lugar. É um lugar muito sossegado. Papai trabalhou no Horto. Ele era chefe de uma sessãozinha de plantas. Ele conhecia muito plantas. Não era formado, mas tinha conhecimento, né? O Dr. Paulo falou que era para arrumar um lugarzinho para fazer uma casinha para nós, porque a mamãe ainda tava morando com o vovô ali na entrada do 1011. Mamãe, andou, andou, olhou e gostou daqui desse pedaço. Ai, gostou desse pedaço e papai fez a casinha de pau-a-pique naquela ocasião e foi então que eu nasci. Nasci aqui. Eu e uma irmã mais velha, e ainda tenho outra que tá viva, graças a Deus.(...) Aquilo tá muito mal feito (mostrando o aqueduto). Eu não estudei arquitetura mas eu sei que não tá certo. Que aquilo ali era pedra sobre pedra. Aquilo era muito bonito, dava aquelas plantas avencas, sabe? Às vezes a água transbordava do rio e aquilo parecia uma cachoeira assim...levinha, uma coisa linda. O meu avô contava que foram os escravos que fizeram. Mas foi mesmo, minha filha. Que naquela época não havia ferramenta que nem tem agora não. Aquilo tudo, coitado, foi na mão e todo

acorrentados eles, tá? Aquilo ali onde tá aquele gramado, aquilo ali era um bambuzal (repete a frase). Não tinha passagem pra lá não. Tinha esse rio aqui, mas lá perto daquelas casinhas no fundo lá, ali era um portão que separava o Horto com o Jardim Botânico (IPJBRJ)”.

Dona Elza (mãe da Dona Edna)

“Ai eu fui andar e descii na beira do rio. O riacho que tem ali atrás. Eu descii e fui lá olhando assim, olhando mesmo fui andando, andando, aí vi um negócio vermelhinho, sabe? Vermelho mesmo! Era uma colher. Aí eu catei e saii aquela água com ferrugem e ela ficou assim. Nunca passei nada pra limpar, sabe? Aí, fomos ver e vimos que isso é do tempo dos escravos (mostra no cabo da colher um número). Cada um tinha seu número para poder ficar com ela (marcar). Aí, era da senzala.”



Imagem 7: colher dos escravos achada por Dona Elza

Dona Vanda

“Quando eu era solteira morava na Estrada Dona Castorina 797 e depois de casada vim morar aqui na Pacheco Leão 1941. Sou casada com um funcionário muito antigo do Jardim Botânico. Da minha história, o pouco que sei é que meu avô era pescador e veio de uma favela da Lagoa para construir a Estrada Dona Castorina. Deram um lote para ficar mais próximo ao trabalho e ele fez uma casinha simples de pau-de-mato e estufe. Meu pai se tivesse vivo estaria com 90 anos, então isso faz mais de 115 anos porque meu pai nem era dos primeiros filhos do vovô. E estamos aí na lista para manter a nossa tradição, e fazendo o máximo para

preservar esse local tranquilo, todos se conhecem e abraçam um a história do outro e somos uma família. O Horto é uma família.¹⁶”

Emerson (filho da Dona Edna e neto da Dona Elza)

“Então, tem essa história aqui lá da Imperatriz, né? (referindo-se ao Solar da Imperatriz), que era do Ministério da Fazenda, e o Ministério da Fazenda abriu uma escola, que era uma escola agrária assim... vinham os jovens para poderem ter um ofício, né? Ai, no caso aqui ligado a questão rural. Então, aí ficou um tempo fechado no início dos 1900, o negócio durou até a década de 20, ai depois fechou e não virou nada. Ficou abandonado esse tempo todo, entendeu? Foi em 2000 (que o IPJBRJ criou a escola de botânica). Recente... 14 anos, a gente tá em 2014, é recente. Foi em 2000 que o IPHAN tombou e 2001 o Solar já tava sob administração do Jardim Botânico, entendeu? Aí, dali pra frente eles fizeram a reforma, e foi até na época em que alguns amigos meus trabalharam com a João Fortes, que foi a construtora responsável por fazer a reforma, né? E eles foram funcionários, assim...eles eram os peões ali da obra e chegaram a achar, enfim, umas peças antigas, ai teve que parar a obra várias vezes lá dentro. Aí, enfim, o negócio virou escola e teve a história do café também que era o café-bar montado lá, mas aí o negócio não deu certo também, e era justamente na área onde ficava os escravos, enfim... aí tem toda essa história complicada. E isso daí, então... foi nessa época que eles começaram, depois da reforma, começaram a abrir lá pra poder fazer essa escola de botânica do Jardim Botânico em si, então, foi a partir desse momento ai que o Solar da Imperatriz virou Solar da Imperatriz do Jardim Botânico, que antes disso não era. Antes era do Ministério da Fazenda. E antes do Ministério da Fazenda, na época do Brasil colônia, era uma fazenda, era sede da fazenda. (...) Aqui (apontando no mapa do Horto Florestal) funcionava o clube da Fábrica de Tecidos da América Fabril, tá? Onde é a TV. Globo. Até a TV. Globo, eles conservaram, aí, não sei se tem a mão da fundação Roberto Marinho, que mal ou bem, é uma fundação que ajuda a preservar certos patrimônios. E aqui, na própria Rede Globo, você dobrando ali... eu não sei que parte é da Rede Globo, mas é um portão assim, onde geralmente entra os caminhões de construção e tal, e tem essa portão que era a entrada antiga desse

¹⁶ Souza (2012, p. 101).

clube, entendeu? Aí lá tem a fachada conservada com o ano de inauguração do clube, que eu me esqueci o nome agora. É alguma coisa Carioca”.

As narrativas atravessadas pelo sentimento de “pertencimento” da área pelos moradores da comunidade do Horto, ao mesmo tempo mescladas pela ideia de “invasores”, nos contam as histórias de quem vive, experiencia e respira cotidianamente aquele lugar, assim como também, mencionam àqueles que já viveram, experienciaram e respiraram. Seus pontos ressaltados revelam, além de uma remontagem a partir de outros “dizeres” sobre a ocupação e história da localidade (daqueles que ali moram), outra relação com o “Jardim Botânico”. O lugar do trabalho, do passeio, do encontro, da passagem, um “ente” feito de árvores, passarinhos, água e brincadeiras, se modifica na forma de “ordem”, de “empreendimento”, de “bem público” e de “gente rica” que não condiz com as relações vividas ali outrora. Se antes, a presença dos moradores na localidade era desejada para servir como mão de obra do Instituto e de outros empreendimentos que ali foram instalados, hoje sua presença desafia a “preservação” da área. A chegada da Rede Globo no Horto, também é entendida aqui como um marco na vida desses moradores, tendo em vista a reorganização dos interesses pelo terreno e da intensificação do processo de reintegração de posse. Apesar disso, acreditam que a relação identitária com o lugar, atribuída justamente às “forças da natureza” e pela união de quem “cresceu junto”, tornará possível a permanência deles na localidade.

3. Para Não Concluir...

O que é o Horto? O que é o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro? Quais as representações feitas desses locais? O presente trabalho buscou apresentar o conflito existente no Horto Florestal, entre a gerência do IPJBRJ, os moradores da comunidade do Horto e instâncias do governo federal, através da construção da área a partir da percepção do lugar de quem ali mora. Esse conflito é expresso pela ameaça de remoção dos moradores da comunidade do Horto, em detrimento da expansão do parque. Esse processo de remoção é invocado por um discurso “preservacionista” - o qual legitima a causa do Instituto - que aciona os moradores da comunidade do Horto como poluidores da área e “invasores” do parque do bairro do Jardim Botânico, tendo em vista que o parque está no limite das casas.

O dilema vivenciado pelos moradores da comunidade do Horto Florestal desde a década de 80 se intensificou a partir de 2010 quando, a pedido da SPU, foi feito um projeto urbanístico para a localidade, com a participação do Laboratório de Habitação da FAU/UFRJ e dos moradores da comunidade, visando a regularização cadastral e fundiária dos moradores, no qual se concluiu que era possível a permanência da maioria desses moradores (salvo poucos, que estavam situados em área de risco de deslizamento de terra) e do Instituto, tendo em vista as qualidades “biofísicas” da localidade, além de buscar delimitar o perímetro do parque até então indefinido. A gerência do Instituto e a AMAJB - apoiadas pela Rede Globo (vide, as reportagens) – não reconheceram o projeto e o denunciaram à TCU. Criou-se, desta forma, uma comissão, para que se pudesse registrar os limites do parque do Jardim Botânico. Realizado esse processo, concluiu-se que seu perímetro abarcava 520 famílias das 620 que ali moram.

Os discursos contraditórios vindos da gerência do parque, a partir da mobilização da ideia de preservação de um “bem público”, tendo em vista sua qualidade para seus visitantes, e ao mesmo tempo, seu caráter empreendedor marcado pela construção de restaurantes, estacionamento, teatro, nos mostra a fragilidade na qual seus argumentos são embasados.

Ao caminhar pela comunidade do Horto, observamos a necessidade de “mapear” esse conflito a partir da vivência dos moradores. Nesse sentido, as narrativas aqui levantadas suscitam o “olhar” de quem sente todo esse processo de medo e esperança, de remoção e pertencimento. As sensíveis narrativas contam e revelam histórias que nos levam para uma dimensão além daquela vivida nos encontros fervorosos da AMAHOR e daquelas encontradas em artigos e jornais. A partir delas identificamos tanto aquilo que já tínhamos visto, como também, aquilo que seria impossível enxergar. Nos transportamos para outra época através dos rastros deixados pelos escravos e pelas vivências dos moradores com esses rastros. Presenciamos presidentes da república criando escolas e fazendo festas. Imaginamos os operários das fábricas caminhando pela área. Fomos juntos no armazém comprar ervas e nos deparamos com galinhas e porcos. Vimos a escola Julia Kubistchek com seu espaço total inicial. Valorizamos, assim como os moradores da comunidade, cada vez mais essa parte da cidade.

A qualidade e principalmente, a sensibilidade, com que foi construída a área do Horto Florestal pelos moradores da comunidade nos faz refletir acerca da

“preservação” desses moradores na localidade. Suas marcas no “Jardim Botânico” revelam tanto as suas histórias no lugar, como a história de formação do parque enquanto Instituto de pesquisas. A remoção desses moradores ocasionaria numa perda significativa da história tanto do Horto Florestal, do Jardim Botânico (bairro e parque), como da cidade.

Anexo

DERROTA

Ponto para invasores do parque

Iphan propõe manter 316 casas no Jardim Botânico. Liszt Vieira, que defendia saída, cai

FÁBIO GERBASE
fabio.gerbase@globo.com.br

SÉLIA SCHMIDT
selia@globo.com.br

A delimitação da área tombada do Jardim Botânico proposta pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que deve ser defendida pelo Ministério do Meio Ambiente no processo que tramita no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a ocupação irregular do parque, dará uma vitória parcial aos invasores. Para o verde, a derrota será retumbante. Depois de três décadas de disputa sobre a permanência de 621 famílias num dos maiores espaços de interesse cultural, histórico e ambiental do Rio, já está nas mãos do Ministério do Meio Ambiente o projeto do Iphan que mantém 316 moradias espalhadas nas pedregosas encostas do Morro das Margaridas e de outras chamadas comunidades do Horto, em lugar destinado à ampliação do arboreto e das instituições de pesquisa. Outras 305 casas seriam removidas. A finalização da proposta coincide com a notícia da saída do presidente do Iphan, Liszt Vieira, conforme antecipou ontem o colunista do GLOBO Anselmo Góis.

que a saída dele não seja por causa disso, que esse afastamento não ocorra para facilitar uma solução diferente daquela defendida pelos ambientalistas que trabalham com a Mata Atlântica. Não sei ainda como isso vai ser resolvido, qual será a posição da Samyra. Mas a posição dele buscando a integridade do parque me pareceu algo digno de ser apoiado.

O deputado federal Alfredo Sirkis (PV) se disse preocupado com a substituição.

— Isso pode estar ligado ao enraquecimento da posição defendida pelo Liszt. Não sei as circunstâncias que levaram a esse fato, mas sou solidário ao Liszt pelo que ele defendeu no parque. Se for uma demissão, se não foi ele que solicitou sair, sou contrário e acho um retrocesso terrível.

O deputado lembrou que, em 2006, quando era secretário municipal de Urbanismo, fez uma proposta de reassentamento das famílias em locais próximos, nas bordas do parque. Segundo ele, na época a proposta foi aceita tanto pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) quanto pelos moradores que, depois, não foram de ideia e passaram a defender a criação de uma Área de Especial Interesse Social no local onde



Polêmica. As casas do Caxinguelê que serão mantidas no parque, de acordo com a proposta feita pelo Iphan



O Iphan não pode abrir mão de área que ele tombou no passado (o tombamento do Horto é de 1967). Ainda mais em se tratando de espaço público e de preservação ambiental — reclama Alívio Pinheiro, dirigente do movimento SOS Jardim Botânico.

A solução apresentada pelo Iphan preserva, por exemplo, as 61 casas que estão na localidade conhecida como Caxinguelê, que é de interesse para a expansão do Jardim Botânico. O Clube Caxinguelê, porém, tem de ser retirado. "As instalações esportivas são impactantes e não se justifica a permanência de um equipamento privado no interior da área pública", diz o documento do Instituto.

No que depender do Iphan, todas as instalações do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), incluindo acessos e estacionamento, terão de sair das terras do Jardim Botânico. "O conjunto foi erguido em meio à área verde preservada e é altamente impactante", afirma o Iphan. Já a sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, cedida por decreto, deve ser mantida. E a ocupação da Escola Municipal Julia Kubitschek deve ser regularizada.

O Iphan quer ainda regularizar as 40 casas da Vila 64, alegando tratar-se de um "conjunto arquitetônico e urbanisticamente consolidado, isolado e com acesso direto para a Rua Major Rubens Vaz". De novo, contrariando o Jardim Botânico, que pretende instalar setores administrativos nesses imóveis. Já as 24 edificações precárias da Vila do Major, no meio da mata, devem ser derrubadas.

Ainda de acordo com o documento do Iphan, a retirada do Clube Caxinguelê, do Serpro e das casas do Morro das Margaridas e do Grótto II (duas localidades do Horto, "fica garantida a manutenção de um corredor verde ligando o Jardim Botânico ao Parque Nacional da Tijuca". A proposta, porém, difere da apresentada por Liszt ao Ministério do Meio Ambiente e ao TCU no ano passado. O presidente do Jardim Botânico só aceita a permanência de cerca de 150 casas, que estão na localidade denominada Dona Catarina e entre a Rua Pacheco Leão e o Rio das Macaças.

A proposta do Iphan também desagradou à Associação de Moradores do Jardim Botânico.

O Iphan não pode entregar uma área pública, tombada, para a regularização fundiária. Só por força de lei — reage a advogada da associação, Regina Carquejo.

Entre ambientalistas, a saída de Liszt — confirmada ontem à noite pelo próprio — preocupa. Ele está no cargo desde 2003. Uma das pessoas citadas para o cargo é a secretária do Ministério do Meio Ambiente, Samyra Crespo. O ex-deputado federal Fernando Gabeira (PV) questionou se a saída de Liszt foi motivada por sua luta para remover as moradias do interior do parque.

— Eu acompanhei a batalha do Liszt em relação aos invasores do Jardim Botânico. Espero

viver. Para Sirkis, sua proposta era ideal porque retirava "os assentados de áreas sensíveis do parque, realocando-os em local próximo, sem perturbar a vida deles".

A deputada estadual Asspasia Camargo (PV) fez elogios a Liszt:

— Vejo que ele sai consagrado, inclusive com o prêmio que ganhou esta semana (o Prêmio Faz Diferença, do GLOBO). Ele fez um trabalho sério de defesa do patrimônio ambiental do Jardim Botânico e terá sempre a gratidão dos cariocas e minha pessoal. A Samyra é muito comprometida com o meio ambiente e muito experiente. Tenho certeza de que ela vai dar continuidade a essa proteção ao patrimônio do Jardim Botânico. Ela tem desafios pela frente, porque o trabalho lá não está terminado. Foi uma negociação dura (a remoção das moradias). E o Iphan está fazendo a proposta de liberar metade do Jardim, mas essa negociação ainda precisa de algumas revisões. Algumas áreas são vitais para o Jardim Botânico.

Segundo Asspasia, que é presidente da comissão de Saneamento Ambiental, Água e Bacias Hidrográficas da Assembleia Legislativa do Rio, o nome de Samyra vem sendo cogitado para a presidência do Jardim Botânico há muito tempo.

— O nome dela já estava sendo discutido como prioridade há algum tempo. Não é novidade. Não tinha outro nome. Espero que seja ela. Ela é do Rio, conhece bem a questão. Acho que tem a visão ambiental e social do problema. E a sociedade irá acompanhar. Teremos sempre o Liszt como referência. Ele sempre defendeu a causa com muita coragem e determinação.

O diretor de Ambiente e Tecnologia do Jardim Botânico, Guido Gelli, disse que não foi informado sobre a troca de presidentes. Segundo ele, o próprio Liszt manifestara, várias vezes, desejo de sair.

— Ele pediu para sair há muito tempo. Mas não temos ingerência sobre essa questão. O que soube é que a ministra (do Meio Ambiente, Izabella Teixeira) mandaria para a presidente Dilma uma lista de quatro possíveis nomes para o cargo. Se for mesmo a Samyra, é um nome bom. Ela tem larga experiência nessa área de meio ambiente. Ficamos na expectativa.

O Ministério do Meio Ambiente não confirmou a troca de Liszt Vieira por Samyra Crespo e negou que a proposta fundiária para o Jardim Botânico seja remover apenas metade das moradias do parque, acrescentando que o texto ainda está sendo elaborado pelo governo. O prazo dado pelo TCU, depois de dois adiamentos, para a delimitação da área tombada termina em julho. O tribunal decidiu que em 450 dias (a contar de 11 de setembro de 2012, quando foi publicado o acórdão de sua decisão) todo o local tombado esteja liberado. ■

Colaborou Thelaine Letta

'Minha saída não é novidade. Botei meu cargo à disposição ano passado

Corpo a corpo

Liszt Vieira

O presidente do Jardim Botânico diz não ter sido informado oficialmente sobre sua substituição. E acha que o único problema que seu sucessor encontrará é a questão fundiária

JULIA BRANCO/S-2012

Proposta. Liszt Vieira: "Há área públicas para todos"

sempre um critério se harmoniza com outro. Eu estou afastado disso.

• Mas qual é sua avaliação?
Há dez anos venho propondo que o governo ofereça uma alternativa de moradia digna a essas 621 famílias. Há terras públicas suficientes para todos, inclusive no próprio bairro. Tem uma empresa aqui perto que quer sair do bairro. Ali poderiam ser construídos apartamentos para todos.

• Daqui para a frente, o que senhor vai fazer?
Estou esperando ser comunicado oficialmente. Posso voltar para a PUC. Sou professor. Também tenho um convite para fazer pós-doutorado no exterior. Mas posso contar aquela piada: vou para Soares Marinhos. Onde fica? Só aos marinhos... ■

• O senhor já foi informado de que deixará o cargo?
Oficialmente, não fomos comunicados de nada. Liguei hoje (ontem) para Brasília, e o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, me informou que a ministra Izabella Teixeira vai apresentar quatro nomes para a presidente Dilma escolher quem vai ficar no meu lugar. Minha saída não é novidade. Botei meu cargo à disposição no ano passado. A ministra disse que quando tivesse o nome (do novo presidente do Jardim Botânico) me comunicaria.

• O que o novo presidente vai encontrar?
Eu acho que o Jardim Botânico tem uma agenda científica, cultural e ambiental bem organizada. O problema é a questão fundiária, que me transcende.

• O senhor acha correta a proposta de remover da área do parque a metade dos invasores?
Há 240 casas em áreas de risco, que, segundo o Ministério do Meio Ambiente, deveriam sair. É um critério ambiental. A SPU (Secretaria do Patrimônio da União) analisa o critério socioeconômico e diz que quem ganha mais de cinco salários mínimos deve sair. Nem

Imagem 8: matéria do jornal "O Globo" do dia 29 de março de 2013. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Um impasse que se arrasta desde os anos 1980

Contexto

SPU se nega a cumprir decisões judiciais de reintegração de posse

A ocupação do Jardim Botânico começou no século passado, quando a direção da instituição permitiu que funcionários construísem moradias na área conhecida como Horto. Nos anos 1980, a União começou a pedir os imóveis de volta. Segundo a atual diretoria do instituto, apenas 5% das casas são ocupadas hoje por parentes de servidores. Em 1975, havia 377 famílias cadastradas em terras do Jardim Botânico. No último cadastramento, em 2010, foram contabilizadas 621 casas.

O impasse entre o Jardim Botânico e a Secretaria do Patrimônio da União se acirrou em 2010, quando, mesmo de posse de mais de 200 decisões judiciais determinando a reintegração de posse, transitadas em julgado, a SPU pediu a suspensão das execuções. A intenção da SPU é promover a regularização fundiária.

A briga é uma queda de braço entre dois grupos do PT. De um lado, o deputado federal Edson Santos, cuja irmã, Emília, é presidente da Associação de Moradores do Horto. Do outro, está o grupo que apoia o atual presidente do Jardim Botânico, Liszt Vieira. ●



Imagem 9: matéria do jornal "O Globo" do dia 05 de setembro de 2012. Fonte: arquivo pessoal da autora



Imagem 10: matéria do jornal "O Globo" do dia 03 de julho de 2011. Fonte: arquivo pessoal da autora

Jacqueline Costa

O Tribunal de Contas da União (TCU) acolheu a denúncia de supostas ilegalidades no projeto de regularização fundiária de casas construídas em terrenos invadidos no Jardim Botânico. No despacho, datado de 16 de dezembro, o ministro Valmir Campello alertou a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) quanto à possibilidade de o tribunal determinar, cautelarmente, que seja suspensa a fase final (titulação dos ocupantes) do projeto de regularização fundiária dos imóveis que pertencem ao governo federal. A denúncia foi feita pela Associação de Moradores do Jardim Botânico (AMA-JB).

Valmir Campello pede esclarecimentos, por exemplo, sobre a tentativa de a SPU promover a regularização fundiária em área tombada, desde 1938, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e classificada como unidade de conservação ambiental integral. O ministro afirmou que o processo é polêmico e sensível, por envolver a segurança da cidadania e problemas de preservação de áreas ambientais. Ele disse que a SPU — que encomendou à UFRJ um cadastro socioeconômico da comunidade do Horto — terá de explicar dados obtidos no levantamento.

— Estou requerendo informações para embasar a minha decisão. Há aparente inconsistência, por exemplo, sobre o fato de o total de casas cadastradas ter aumentado entre 2007 e 2010, enquanto a quantidade de moradores caiu de três mil para 1.890. Resolvi dar ampla defesa para as partes e pedi a oitiva da SPU e de outros interessados — explicou Valmir Campello.




MENDEIS CONSTRÓIS
dentro do Jardim Botânico, no local já incluído no projeto de regularização fundiária. Mas o TCU quer saber por que Secretaria de Patrimônio da União (SPU) regulariza ocupação em área tombada

Moradores festejam decisão do TCU

• O ministro dos cinco dias úteis para que a SPU apresente justificativas, mas o prazo deverá ser prorrogado, devido às festas de fim de ano. Alfredo Pinheiro, presidente da AMA-JB, foi a Brasília, acompanhado de uma advogado, para esta medida a decisão. Para a decisão do TCU, de casar a situação da SPU no caso já pode ser considerada uma vitória.

— Essa decisão vai favor com que os processos de regularização sejam mais transparentes. Hoje, a SPU está fazendo o que quer e não, inclusive desobediência omissão de apresentação de posse determinada pela Justiça. A isso sem no despacho o ministro coloca em mãos na SPU. Chama atenção, por exemplo, de ter questionado o levantamento feito pela UFRJ — da Pinheiro.

Carlos Fernando Antônio, presidente regional do Iphan, explica que, do ponto de vista do tombamento, as casas sem interesse histórico na área do parque poderiam ser demolidas. Três casas nas ruas do Rio Major Roberto Vaz, na Ufrj, por exemplo, deveriam ser demolidas para a construção de um centro de visitantes projetado por Oscar Niemeyer.

recentemente, já desvalorizamos algumas demolições que vieram a ocorrer. Na parte da Rua Pebecco Leão, a situação é mais complicada, porque o número de casas vem crescendo e muitas estão sendo ampliadas. Numa visita, no início do ano, vi uma oficina mecânica numa área tombada. É um descalabrão. Cabe um ressen-

Mais de 50 ações de reintegração conquistadas e não cumpridas

Juiz federal chegou a dar ultimato intimando a União a cumprir imediatamente decisão judicial

• A ocupação do Horto começou no século passado, quando a direção do Jardim Botânico permitiu que funcionários locais construíssem suas casas na área para fazerem perto do trabalho. A partir dos anos 80, o governo federal passou a pedir de volta os imóveis na Justiça e já ganhou mais de 50 ações de reintegração de posse. No entanto, a maioria das ações, que deveria garantir o retorno dos imóveis aos seus proprietários, não foram cumpridas. O juiz federal chegou a intimar o procurador regional da União, Daniel Levy de Albuquerque, a tomar as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis. O cadastro socioeconômico das 12 comunidades do Horto, feito pelo Laboratório de Habitação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), identificou 622 casas dentro do parque. Mas levantamentos anteriores mostraram que em 1975 existiam 377 casas, em 1985, 498 e em 2010, 558.

No Horto nascem e crescem o deputado federal e ex-ministro da Integração Racião Edson Santos (PT), cuja irmã, Estela Maria de Souza, preside a associação de moradores local. Com isso, a popular ocupação de casas dentro do Jardim Botânico atrapalhou os planos do Jaldelino e passou a ser objeto de debate dentro do partido.

— Já fiz ofício para que a SPU tome providências. A resposta foi que seria feito um processo de regularização fundiária para evitar o crescimento. Hoje, se você estiver na Praia do Flamengo, próximo ao Mercado da Viçosa, e olhar em direção ao Rio de Janeiro, já dá para ver essa área.

O MANDADO EM GARGALHO
Exatamente no início da sua visita ao Horto, o ministro Campello recebeu um ofício do TCU exigindo a suspensão da regularização fundiária em áreas tombadas.

Imagem 11: matéria do jornal “O Globo” do dia 25 de dezembro de 2010. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Bibliografia

BECKER, Howard S. Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FITTIPALDI, Mariana. **Direito à Cidade**: diálogo de equidade entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Direito – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, 1, 2004. Anais eletrônicos. Porto Alegre: AGB, 2004 (b).

MELLO, Marco Antônio da Silva. VOGEL, Arno. **Gente das Areias**. História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro, Maricá, RJ – 1975 a 1995. Niterói: EdUFF, 2004, p. 211- 290.

MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

RUA, João. **Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades**. In RUA, João (org.). Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (coord.). VOGEL, Arno. **Quando a Rua Vira Casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985.

SIMÕES, Soraya Silveira. A Oficina do Bem Comum: usos e significados da categoria 'comunidade' nas arenas públicas cariocas. Paper apresentado em: III Congresso Ciudades de La Gente, 15-17 de outubro, 2012, Rio de Janeiro.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Horto Florestal**: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro – a construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto

social de memória. 2012. 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Ubiratan da S. R. de; HOLLANDA, Carolina Moreira de; BRILHANTE, Ronaldo de Moraes; MELCÍADES, Alexandre Luis Barbosa. O Direito Humano à Moradia e a Comunidade do Horto/Jardim Botânico: uma experiência de extensão universitária. **Revista da FAU/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 46 – 53, 2013.

VOGEL, Arno. VOGEL, Vera Lucia de Oliveira. LEITÃO, Gerônimo E. de Almeida. Como as Crianças Vêm a Cidade. Rio de Janeiro: Pallas: Flacso: UNICEF, 1995.

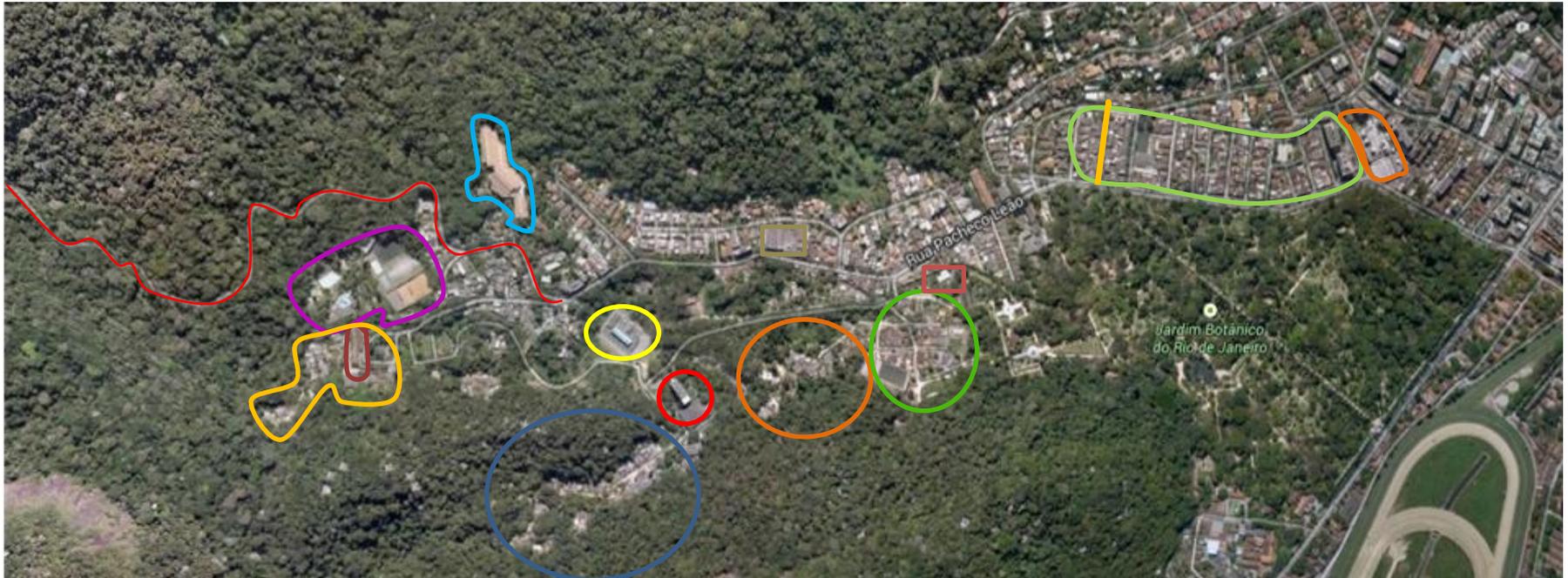
Sites

www.museudohorto.org.br. Acessado em janeiro, fevereiro e março de 2014.

www.amahor.org.br. Acessado em setembro de 2012.

www.horizontegeografico.com.br. Acessado em junho de 2013.

Imagem 12: Mapa Temático do Horto Florestal



Fonte: Google Maps

- Legenda**
- | | | | | | | | |
|---|----------------------|---|---|---|-----------------------|---|------------------------|
|  | Grotão |  | Escola Municipal Julia Kubistchek |  | Horto |  | Estrada Dona Castorina |
|  | SERPRO |  | IMPA (Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada) |  | Antiga América Fabril |  | Rua Caminhoá |
|  | LIGHT |  | Clube dos Macacos |  | Toalheiro Brasil | | |
|  | Morro das Margaridas |  | Solar da Imperatriz |  | TV. Globo | | |
|  | Caxinguelê | | | | | | |